

Impactos do capital social sobre a participação política em Porto Alegre, Montevideu e Santiago do Chile

Bruno Mello Souza ([bmellosouza@yahoo.com.br](mailto:bmellosouza@yahoo.com.br))

Área: Opinión pública y comportamiento electoral

Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).  
Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013.

# Impactos do capital social sobre a participação política em Porto Alegre, Montevideu e Santiago do Chile

Bruno Mello Souza<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo trata de examinar a participação política em Porto Alegre, Montevideu e Santiago do Chile pelo prisma do conceito de capital social. Para isso, parte-se da premissa de que maiores índices de confiança interpessoal e institucional poderiam incidir para que os cidadãos das três cidades participem da política, em partidos, conselhos populares e manifestações. O trabalho, utilizando dados da pesquisa “Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e da qualidade de vida”, realizada pelo Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina (Nuposal/UFRGS) em 2005, evidenciou que o capital social, por sua vez, mostrou ter certa importância para explicar a participação em partidos políticos, tanto em termos de confiança interpessoal como de confiança institucional: os mais confiantes configuraram maior propensão a se inserir nestas organizações; no que tange aos conselhos populares, a participação em seu interior apresentou relações muito mais complexas com o capital social; Já para a explicação da participação em manifestações, a confiança interpessoal parece configurar uma dimensão mais importante do capital social do que a confiança institucional, que, embora também importante, varia mais em intensidade e direção analítica: em alguns casos, uma maior confiança nas instituições estimula a participação, já em outros, a motivação provém precisamente do fato dos cidadãos não confiarem nas mesmas.

Palavras-chave: capital social, participação política, democracia, Porto Alegre, Montevideu, Santiago do Chile.

## 1. Introdução

O presente estudo trata de examinar a participação política em três cidades latino-americanas, Porto Alegre, Montevideu e Santiago do Chile, sob o prisma do conceito de capital social. O que se busca é examinar se as relações de confiança, tanto interpessoal como institucional, possuem impactos significativos sobre a participação política nos locais examinados. Será que uma relação mais consistente de confiança tenderia a proporcionar um cenário mais adequado à participação política nos níveis formal, informal e intermediário nas capitais gaúcha, do Uruguai e do Chile? De que maneira são dados estes impactos?

Estudos como o de Robert Putnam (1996) apontam que o estabelecimento de tais relações de confiança propiciam um cenário mais democrático. À medida que os cidadãos confiem uns nos outros e nas instituições, a partir desta premissa, teriam maior facilidade para estabelecer laços uns com os outros, e a buscar, junto à esfera política, a solução de suas demandas mais urgentes. Assim, se o capital social possui poder explicativo para o

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [bmellosouza@yahoo.com.br](mailto:bmellosouza@yahoo.com.br)

florescimento de uma sociedade mais ou menos democrática, torna-se fundamental verificar como tal relação é dada no mundo prático.

Para alcançar este objetivo, são utilizados dados provenientes da pesquisa “Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e da qualidade de vida”, realizada no ano de 2005 pelo Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina (Nupesal/UFRGS), nas cidades de Porto Alegre, Montevideu e Santiago do Chile. O conceito de capital social foi operacionalizado por meio das variáveis de confiança interpessoal, confiança no congresso nacional, confiança no governo do país, e confiança nos partidos. Já do ponto de vista da participação política, foram utilizadas as variáveis de participação nos partidos políticos, participação em conselhos populares e participação em manifestações ou protestos. Estas variáveis de participação buscam abarcar tanto a dimensão institucional da participação, com os partidos, como uma dimensão intermediária, uma vez que os conselhos constituem-se como um canal importante de interlocução entre a sociedade civil e as esferas de governo, e a dimensão não-convencional, com uma modalidade de participação que fica não se configura dentro das molduras formais da democracia, embora sejam por ela aceitas.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, é realizada uma discussão conceitual, abordando capital social e participação política, examinando algumas das vertentes que constituem as abordagens acerca destes conceitos. Em seguida, apresentam-se cruzamentos entre as variáveis de capital social e de participação política, com vistas a verificar a existência ou não, de impactos da confiança interpessoal e institucional sobre as formas pelas quais os cidadãos participam da arena política. Por fim, apresentamos as conclusões, fazendo alguns apontamentos em termos de agenda de pesquisa e tecendo algumas considerações adicionais sobre os dados ora examinados.

## 2. Marco teórico

Inicialmente, é de extrema importância verificar as abordagens teóricas referentes aos conceitos examinados no presente trabalho. Nesse sentido, os dois conceitos centrais nesta abordagem são o de capital social, e o de participação política. Começamos pelo conceito de capital social, que se refere, de forma geral, às relações de confiança estabelecidas pelos sujeitos entre si, e também junto às instituições políticas.

### 2.1. Capital social

No que diz respeito aos conceitos utilizados neste estudo, o capital social é relevante como elemento fundamental para tornar uma cultura política mais participativa. Capital social é uma categoria analítica utilizada por Robert Putnam (1996), em seu estudo que trata de comparar as regiões norte e sul da Itália. O autor examina, dessa maneira, as formas alternativas que podem ser construídas pelos sujeitos para organização e realização de suas demandas. As relações de confiança interpessoal e institucional são os fundamentos que estabelecem a categoria de capital social. Além disso, essas relações são dadas em diferentes dimensões, sejam formais, sejam informais, ou na organização das demandas, tendo ponto de contato com as esferas governamentais, ou na construção de redes de solidariedade comunitárias, buscando a obtenção de objetivos comuns, com base na cooperação.

Os principais autores, que abordam o capital social como elemento positivo, além de Putnam (1996), são Coleman (1988) e Fukuyama (1995; 2001). Durlauf e Fafchamps (2004) afirmam que tais autores desenvolvem seus estudos tomando por base três princípios subjacentes: (1) o capital social produz externalidades positivas para os componentes de um grupo; (2) tais externalidades são alcançadas por meio de confiança, normas e valores recíprocos e suas conseqüências sobre as expectativas e comportamentos; (3) os valores, as normas e a confiança mútua surgem a partir de mecanismos informais de organizações que se baseiam em redes sociais e associações (DURLAUF e FAFCHAMPS, 2004).

O conceito de capital social surgiu originalmente com Pierre Bourdieu (1980), que o define, de modo geral, como o poder de mobilização que os indivíduos possuem em relação a um grupo. Nesta perspectiva, as redes sociais não são dadas naturalmente, e precisam ser construídas através de investimentos estratégicos, com vistas a se obter outros benefícios (PORTES, 1998).

Coleman (1988), por seu turno, examina o capital social do ponto de vista da criação de capital humano. O autor define capital social por sua função como sendo uma variedade de entidades detentoras de dois elementos em comum: o primeiro deles é que todas consistem de alguns aspectos concernentes às estruturas sociais; o segundo é que, por meio destes mecanismos, encontram-se facilitadas certas ações dos atores dentro da estrutura. Esta abordagem abriu caminho para a redefinição de uma série de processos diferentes e até mesmo contraditórios de capital social: (1) inclui mecanismos, como reciprocidade e aplicação das normas pelo grupo, que geram capital social; (2) as conseqüências de sua posse, tal como o acesso privilegiado à informação; e (3) a organização social “apropriável” que fornece o contexto para fontes e efeito para materialização. Nesse cenário, os recursos obtidos por meio de capital social têm, do ponto de vista do sujeito que os recebe, o caráter de “presente”.

Ao criticar Coleman, Portes (1998) destaca que o autor não conseguiu distinguir entre os possuidores de capital social, as fontes de capital social e os recursos políticos em si, inerentes a estas relações. Torna-se importante, assim, fazer uma distinção entre as motivações daqueles que recebem e aqueles que doam nas trocas mediadas pelo capital social, e é nesse ponto que o referido autor consegue fazer a articulação e diferenciação entre os diferentes papéis estabelecidos por meio dos atores nos mecanismos do capital social. Os “recebedores” desejam, em seu papel, obter acesso a bens valiosos facilmente compreensíveis; já os doadores, por seu turno, possuem motivações muito mais complexas, uma vez que eles fornecem estes bens sem obter um retorno imediato (PORTES, 1998). Além disso, Portes sugere que os teóricos do capital social devem ter algumas preocupações analíticas, tais como: separar a definição do conceito dos seus efeitos; estabelecer controles de direcionalidade para que a presença de capital social possa ser verificável antes de produzir os seus efeitos; controlar outros fatores capazes de interferir e explicar o capital social; e também identificar as origens históricas do capital social nas diferentes sociedades de maneira sistemática.

Fukuyama (2001) define capital social como uma norma informal capaz de promover a cooperação entre os indivíduos, baseada em relações de reciprocidade. Enquanto na esfera econômica estes laços servem para reduzir os custos de transação, no âmbito político eles promovem um tipo de vida associativa necessário para o sucesso de governos limitados, no contexto democrático moderno. Ao mesmo tempo em que o capital social é proveniente, muitas vezes, de jogos baseados no já bastante conhecido “dilema do prisioneiro”, ele também possui origem em aspectos tais como religião,

experiências históricas compartilhadas e outros tipos de normas culturalmente estabelecidas (FUKUYAMA, 2001). Entretanto, o autor enfatiza um aspecto fundamental, e que se coloca como uma problemática importante quando analisamos alguns processos institucionais: dificilmente estes laços podem ser gerados por meio de políticas públicas, dada a complexidade de fatores que englobam a “criação” de capital social, considerando também que suas fundações culturais são elementos que dificultam este intento.

Fukuyama também alerta para a existência de uma certa oposição dos laços de capital social em culturas tradicionais e organizações sociais em relação à modernização econômica. Ele afirma que os grupos constituídos nesses cenários possuem laços de confiança extremamente estreitos, que dificultam a cooperação entre os membros de tais grupos e sujeitos que se encontram fora do círculo, gerando, assim, externalidades negativas de exclusão e fechamento (FUKUYAMA, 2001). Em contraste, as sociedades modernas possuem um amplo número de grupos sociais sobrepostos, o que permite múltiplas relações de pertencimento e identidades (FUKUYAMA, 2001). Neste panorama, os laços de confiança acabam constituindo elemento positivo na esfera social e econômica, considerando também as relações de livre mercado verificadas no âmbito global.

Woolcock e Narayan (2000), por sua vez, definem capital social como as normas e redes que possibilitam às pessoas agir coletivamente. Os autores definem quatro abordagens principais que têm sido verificadas nos estudos de capital social: (1) comunitária; (2) redes; (3) institucional. A perspectiva comunitária considera o capital social uma coisa boa pela sua própria natureza; a perspectiva de redes, por sua vez, destaca a importância tanto das associações na dimensão vertical quanto na dimensão horizontal, entre as pessoas, e também as relações internas e entre entidades organizacionais; já a perspectiva institucional coloca o capital social como elemento que pode ser alavancado pelo ambiente político, legal e institucional (WOOLCOCK e NARAYAN, 2000).

No entanto, o autor mais proeminente e cuja perspectiva mais se aproxima da abordagem do presente trabalho é Robert Putnam (1996), que aborda ao mesmo tempo a dimensão interpessoal e institucional das relações de confiança estabelecidas na sociedade, e sua vinculação com o funcionamento das instituições democráticas. Verificando as discrepâncias existentes entre o norte e o sul da Itália, a despeito de uma mesma moldura institucional, o autor chegou à conclusão de que, aliado a um histórico comunitarista do norte, surge como fator explicativo para o que ele denominou “comunidade cívica” o capital social, definido pelo mesmo como os níveis de confiança interpessoal e institucional estabelecidos entre os sujeitos. Estes laços de confiança seriam importantes para fomentar uma cultura política mais democrática, afeita à participação e à tolerância. Coleman (1988) surge complementando essa idéia, ao enfatizar que o capital social serve como facilitador das ações dos atores, embora não diferencie entre doadores e recebedores, conforme postulado por Portes (1998). Entretanto, tal diferenciação também depende muito da concepção do que está inserido na lógica do capital social. O referido autor parte da premissa de uma relação desigual, estabelecida entre doadores e recebedores de benefícios. Porém, a lógica de capital social utilizada por Putnam (1996), Coleman (1988) e Fukuyama (2001), trata de uma relação de reciprocidade: os papéis, assim, não são fixos, e são dinâmicos, ou seja, em um ou outro momento, todos se constituem como doadores e recebedores de benefícios. Mais do que isso, os atores são, acima de tudo, compartilhadores dos bens, cujos papéis são difusos e de difícil definição. É precisamente esse o prisma do capital social ao qual se filia o presente trabalho, qual

seja, uma visão de que por meio de relações de confiança estabelecidas entre as pessoas, e também com as instituições, pode-se aumentar a participação política, por via de cooperação, busca de um bem comum, estreitamento de laços com as instituições e, por consequência, uma otimização dos resultados apresentados pelos governos. Os laços de confiança estabelecidos por meio do capital social configuram-se, então, como um elemento capaz de “lubrificar” a participação política, à medida que os atores venham a compartilhar interesses e adquiram ferramentas simbólicas que permitem a ação coletiva. Levando em consideração este vínculo conceitual, a seguir é abordado o conceito de participação política.

## 2.2. Participação política

No que diz respeito à participação política, tal discussão está ligada diretamente à concepção de democracia. Autores como Robert Dahl (2001), por exemplo, preocupam-se muito mais em definir requisitos mínimos para configurar uma democracia, pensando-a em grande escala. Segundo o referido autor, uma democracia em grande escala exige elementos como: (1) funcionários eleitos; (2) eleições livres, justas e frequentes; (3) liberdade de expressão; (4) fontes de informação diversificadas; (5) autonomia para as associações; (6) cidadania inclusiva (DAHL, 2001). Esse tipo de elaboração postula a democracia em unidades maiores, como países, ou seja, Dahl não fecha completamente as portas para outros instrumentos democráticos e participativos, desde que estes sejam dados em escalas menores. O dilema das grandes democracias, assim, é de que a participação dos cidadãos diminuiria a eficácia do sistema, considerando aquilo que o autor denominou “Lei do Tempo e dos Números”: quanto maior o número de cidadãos numa unidade democrática, menos esses cidadãos podem participar de forma direta das decisões do governo e maior a necessidade de delegação da autoridade a terceiros (IDEM, 2001). Esse tipo de postulado sobre a democracia não é, de forma alguma, ponto pacífico na Ciência Política. Santos e Avritzer (2002) questionam as premissas adotadas por Dahl (2001) afirmando que, se por um lado a representação facilita o processo democrático em escala ampliada, por outro ela dificulta a solução de duas outras questões fundamentais: a prestação de contas e a representação de múltiplas identidades.

Paul Hirst (1992), por seu turno, afirma que não existe “democracia” no singular, mas sim uma variedade de doutrinas, mecanismos políticos e processos de decisão de natureza democrática. Nesse sentido, o autor chama a atenção para o fato de que a democracia representativa pode ver mudadas as políticas, mas a estrutura básica da autoridade permanece intacta (HIRST, 1992). Hirst (1992) considera essencial que o governo seja mais permanentemente obrigado a prestar contas e repercutir a pressão e o debate públicos, uma vez que isso tornaria o processo de formulação e execução das políticas mais coerente e eficaz.

O conceito de participação política pode ser examinado sob diferentes perspectivas teóricas, algumas levando em consideração uma dimensão mais formal, enquanto outras abordando também dimensões situadas fora do âmbito institucional, considerando outros padrões de participação, dados em arenas alternativas. Por uma ótica mais formal, Verba e Nie (1972) definem a participação política como se tratando das iniciativas dos indivíduos orientados a influenciar a escolha de funcionários do governo ou suas decisões. Este tipo de abordagem desconsidera dimensões de inserção política que gravitem fora da órbita da participação convencional, vinculada de forma direta às instituições formais, poliárquicas. O enfoque de Joseph La Palombara (1978) surge

preenchendo esta lacuna, incorporando as “atividades não convencionais” ao conceito de participação política, ao considerar maneiras pelas quais os sujeitos se inserem na vida política de um país à margem das instituições formais de mediação política, escapando, assim, da moldura formal estabelecida, e ultrapassando a mesma, alcançando outras esferas de reivindicação, muitas vezes voltadas a uma manifestação mais enfática de opiniões por parte da sociedade civil.

Nesse panorama, surgem autores que buscam uma forma de balancear e equacionar essa dicotomia, visando institucionalizar e incorporar mais os sujeitos comuns à vida política. Um destes autores é Jürgen Habermas (1997), que propõe um modelo deliberativo de democracia, o qual seria capaz de reduzir a centralidade do Estado enquanto núcleo do espaço político. Nessa perspectiva, seriam criados espaços de discussão dirigidos pelo Estado, que se dariam de maneira complementar ao mesmo, articulando uma cidadania consciente e politizada com uma proposta de transformação do modelo democrático de gestão do Estado (HABERMAS, 1997).

Numa perspectiva um pouco mais radical, Carole Pateman (1992) trabalha com bastante profundidade esta questão, colocando em xeque as perspectivas teóricas que vêem as massas como incapazes de participar, conforme postulado por Schumpeter (1984), e coletando subsídios em pensadores como Rousseau (1978), Stuart-Mill (1980) e Cole (1919) para afirmar a importância de uma participação concebida de forma mais ampla, possuindo também um importante papel educativo, uma vez que ajudaria a legitimar junto aos cidadãos as decisões tomadas de forma coletiva, desenvolvendo, dessa forma, as atitudes e qualidades psicológicas necessárias para uma sociedade democrática. Santos e Avritzer (2002), na mesma linha de Pateman, ao abordar a crise da explicação democrática tradicional, evidenciam o surgimento de concepções contra-hegemônicas do conceito de democracia, voltadas para uma democracia participativa, que postulam o reconhecimento da pluralidade humana, a ênfase na criação de uma “nova gramática social e cultural” e o entendimento da inovação social em articulação com a inovação institucional, criando uma nova institucionalidade da democracia. Complementando esta ideia, Gugliano (2004) afirma que a perspectiva participativa se diferencia por enfatizar fundamentalmente três questões: a participação, a deliberação e a valorização dos aspectos qualitativos do processo democrático.

Nessa direção, a democracia participativa torna os indivíduos sujeitos políticos mais protagônicos, buscando no dia-a-dia, em comunidade e envolvidos em processos de cooperação, soluções de problemas coletivos, de interesse comum, que ajudem a melhorar suas vidas, criando um elo junto aos governos. Entretanto, o que se observa no contexto latino-americano é um desinteresse dos cidadãos pela política (BAQUERO, 2006), uma vez que os diferentes governos não têm conseguido resolver as necessidades e demandas mais urgentes dos cidadãos. Esta de respostas, amenizada, é bem verdade, pelo surgimento de vários governos progressistas no continente, surge como fator que afasta os sujeitos da política, vendo-a como algo distante e, mesmo, hostil às suas necessidades. Este cenário é preocupante, uma vez que leva a uma diminuição progressiva da confiança institucional, que provém da incapacidade do governo de dar resposta às necessidades materiais dos sujeitos, e dos processos de corrupção verificados neste cenário. Uma boa amostra desta desconfiança foi verificada nas manifestações recentemente ocorridas no Brasil, no mês de junho de 2013. A pauta trazia consigo alguns elementos antipolíticos a antipartidários, de rejeição às instituições democráticas existentes no país. Diminuída a confiança na esfera maior, de âmbito governamental, as pessoas tornam-se cétricas, e acabam por abandonar as relações de confiança que auxiliam na busca de soluções alternativas que melhorem suas vidas. Dessa forma, nesse cenário de desconfiança e

afastamento, cabe verificar se tais relações repercutem sobre a participação política nas três cidades estudadas, Porto Alegre, Montevidéu e Santiago do Chile. Os dados a seguir mostram de que maneira o capital social tem, ou não, influenciado na disposição dos cidadãos destes lugares a participar da esfera política, seja pela via formal, seja por uma via mais informal.

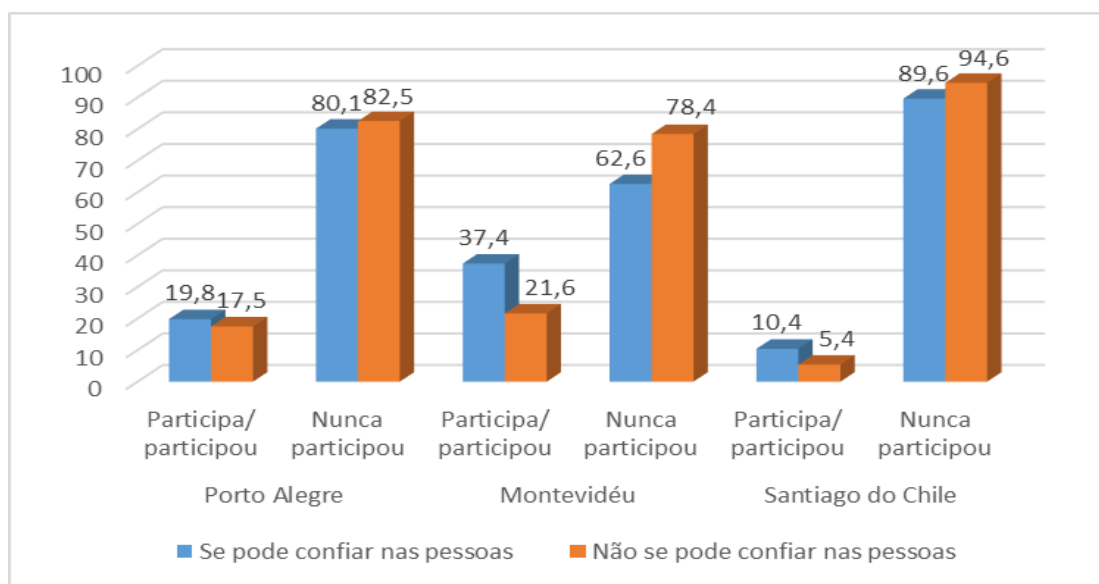
### 3. Capital social e participação política em Porto Alegre, Montevidéu e Santiago do Chile

Nesta seção, passa-se a examinar mais detidamente os reflexos que o capital social possui sobre a participação política, no âmbito dos partidos, dos conselhos populares, e das manifestações e protestos. A questão que norteia este eixo do artigo é a seguinte: os laços de confiança, tanto interpessoal quanto institucional, preconizados por Putnam (1996), contribuem para que os cidadãos participem mais da arena política em diferentes dimensões? Inicialmente, são averiguados os vínculos entre o capital social e a participação convencional, plasmada pelos partidos políticos.

#### 3.1. Capital social e participação em partidos

A primeira dimensão do capital social a ser verificada nesta seção, que o relaciona à participação em partidos políticos, é a da confiança interpessoal. Busca-se compreender em que medida o fato de as pessoas confiarem umas nas outras contribui para que as elas se organizem coletivamente e se insiram na esfera política, por meio das organizações partidárias. O Gráfico 1 mostra esta relação:

**Gráfico 1- Confiança nas pessoas e participação em partidos em Porto Alegre, Montevidéu e Santiago do Chile (%)**



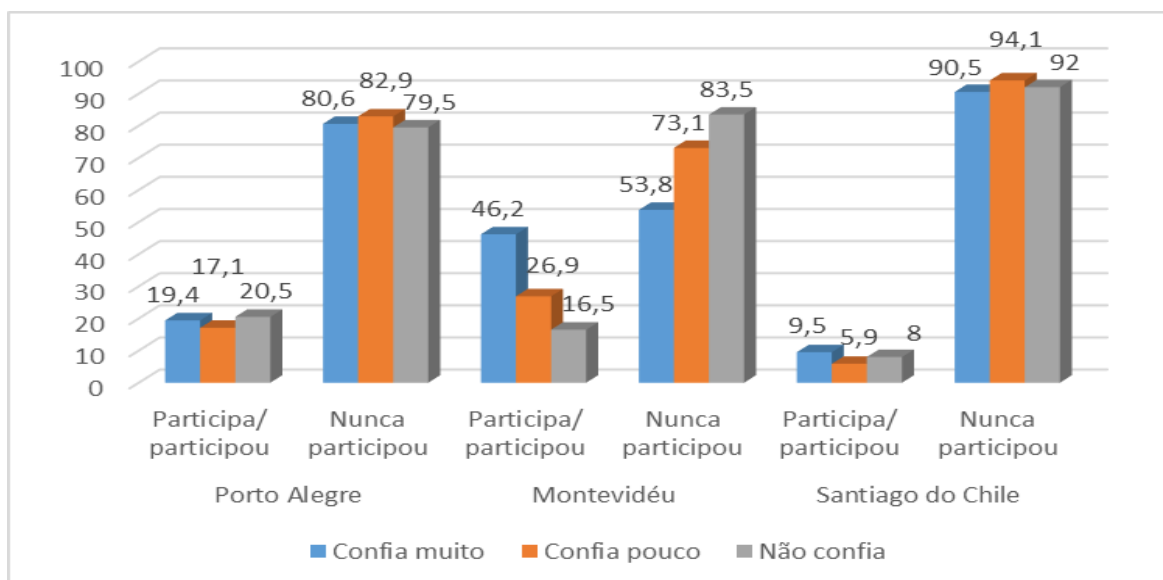
n Porto Alegre= 510; n Montevidéu= 500; n Santiago do Chile= 500.

Fonte: Pesquisa Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e da qualidade de vida (Nuposal/UFRGS, 2005).

No Gráfico 1, pode-se notar que, nas três capitais, aquelas pessoas que concordam que se pode confiar nas outras pessoas apresentam maiores percentuais de participação em partidos do que aquelas que dizem não confiar. Entretanto, enquanto em Porto Alegre a diferença é bastante pequena entre os que confiam e os que não confiam, ficando abaixo do erro amostral, em Montevidéu e Santiago do Chile os percentuais dos cidadãos que confiam nos outros e participam praticamente dobram em relação àqueles que não confiam e participam.

Assim, mesmo considerando que pode haver uma variação da força desse impacto de acordo com o contexto, fica claro que não se pode negligenciar a importância relativa que a confiança interpessoal possui para a participação em partidos. De modo geral, os cidadãos das cidades estudadas encontram maiores estímulos a participar no nível institucional conforme confiam mais nos outros. Além da dimensão de confiança interpessoal, o conceito de capital social inclui também a dimensão institucional. Parte-se do princípio de que, quanto mais os sujeitos confiam nas instituições políticas, mais democráticos e participativos eles se tornam, uma vez que instituições inconfiáveis não teriam a capacidade para responder, de maneira eficaz, às demandas da maioria da população e, portanto, a própria participação cairia num espaço vazio. Levando isso em consideração, a primeira dimensão institucional do capital social aqui examinada refere-se à confiança nos legisladores dos países em pauta. Afinal, uma maior confiança no Congresso Nacional é capaz de gerar maior participação nos partidos? É dessa questão que trata o Gráfico 2.

**Gráfico 2- Confiança no Congresso Nacional e participação em partidos em Porto Alegre, Montevidéu e Santiago do Chile (%)**



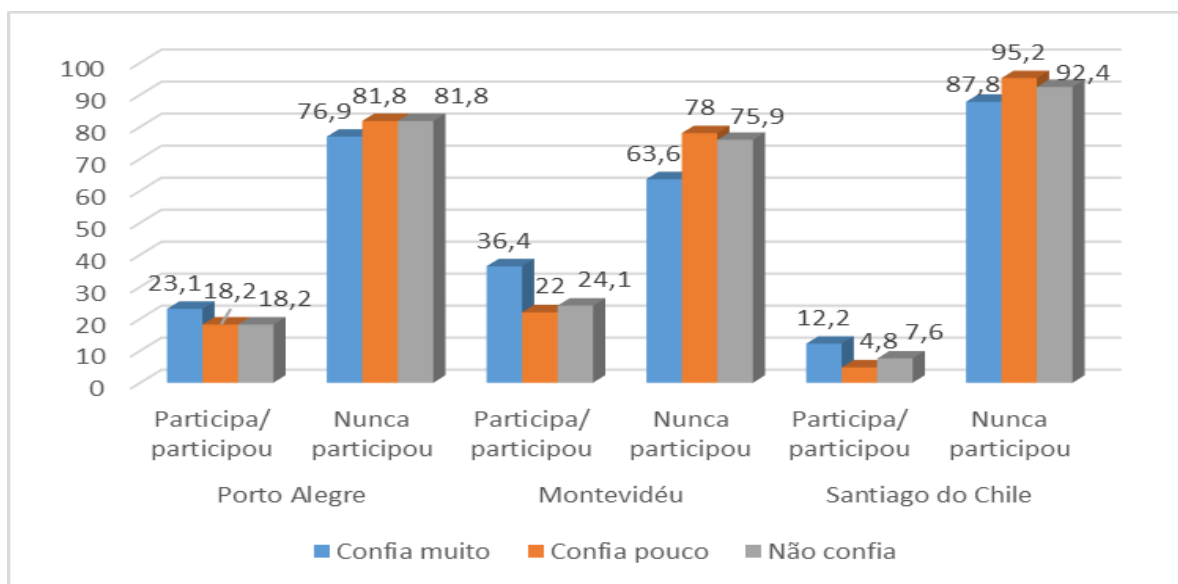
n Porto Alegre= 510; n Montevidéu= 500; n Santiago do Chile= 500.

Fonte: Pesquisa Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e da qualidade de vida (Nuposal/UFRGS, 2005).

O Gráfico 2 indica que o impacto da confiança nos legisladores do país sobre a participação nos partidos se dá de forma muito mais forte em Montevidéu. Enquanto 46% dos montevideanos que confiam muito no Congresso participam ou já participaram dos partidos, 16,5% dos que não confiam fizeram a mesma afirmação. Em Santiago do Chile, a tendência se repete, mas de maneira muito mais fraca, quase nula, com as diferenças percentuais ficando abaixo do erro amostral. Já em Porto Alegre, a tendência se vê invertida: os que não confiam, por mais paradoxal que possa parecer, participam mais dos partidos. Entretanto, a diferença percentual é ínfima, também abaixo do erro amostral.

A primeira variável de confiança institucional mostrou-se com impacto considerável apenas em Montevidéu. Isso indica a necessidade de se fazer uma análise bastante cuidadosa quando se compara diferentes contextos históricos, institucionais e culturais. Enquanto em alguns lugares, uma variável como esta deve ser considerada de maneira mais aprofundada, em outros o impacto aparece de forma bastante reduzida. Talvez exatamente por isso, por não se saber ao certo qual o comportamento uma variável desse tipo pode apresentar, torna-se bastante perigoso negligenciá-la. Outra dimensão institucional relevante para a presente análise refere-se à confiança no governo do país. O Gráfico 3 cruza essa variável com a participação nos partidos políticos.

**Gráfico 3- Confiança no governo do país e participação em partidos em Porto Alegre, Montevidéu e Santiago do Chile (%)**



n Porto Alegre= 510; n Montevidéu= 500; n Santiago do Chile= 500.

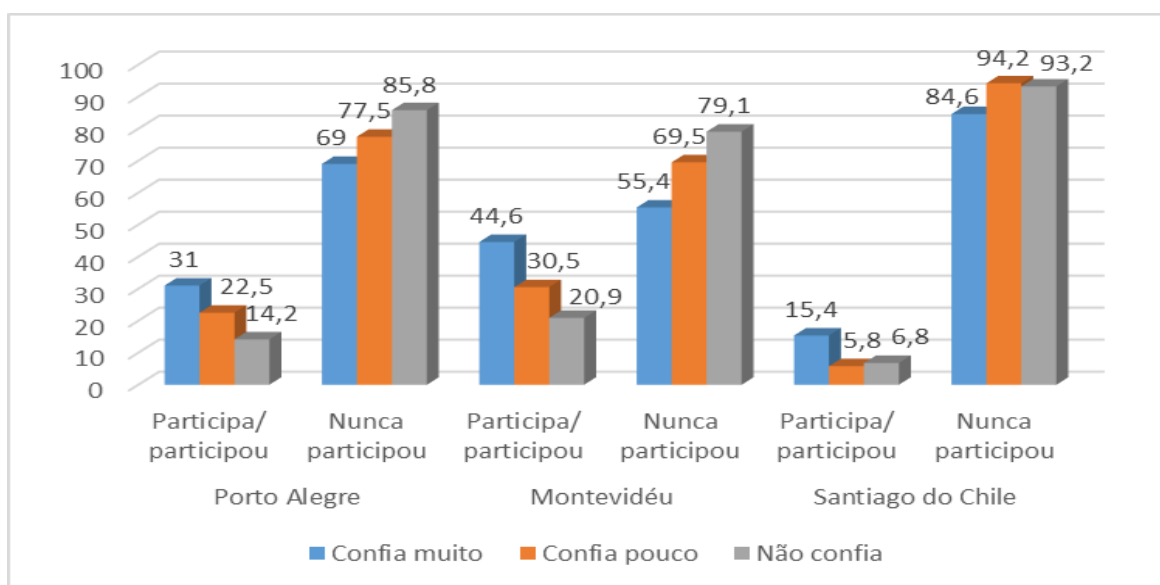
Fonte: Pesquisa Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e da qualidade de vida (Nupesal/UFRGS, 2005).

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 3, nas três capitais aqueles que confiam muito nos governos de seus respectivos países tendem a participar mais dos partidos políticos do que aqueles que confiam pouco ou não confiam. No entanto, não é possível afirmar categoricamente que quanto maior a confiança maior o nível de participação, pois, curiosamente, em Montevidéu e Santiago do Chile, os que não confiam

no governo afirmam participar mais dos partidos do que aqueles que dizem que confiam pouco; já em Porto Alegre, os percentuais de participação entre os que confiam pouco e os que não confiam são exatamente os mesmos: 18,2%.

Ao contrário da confiança no Congresso, a confiança no governo apresenta-se como um elemento razoavelmente mais confiável na explicação da participação nos partidos políticos nos três casos examinados. A confiança no governo parece constituir um incentivo para a participação convencional. Além da confiança no governo e no Congresso, uma variável de confiança institucional extremamente importante para a análise desse tipo de participação é a que se refere aos partidos políticos. A tendência lógica ora postulada é de que, quanto mais os sujeitos confiem nos partidos, mais eles vão participar dos mesmos. O Gráfico 4 trata de estabelecer se existe, de fato, empiricamente, tal relação em Porto Alegre, Montevidéu e Santiago do Chile.

**Gráfico 4- Confiança nos partidos e participação em partidos em Porto Alegre, Montevidéu e Santiago do Chile (%)**



n Porto Alegre= 510; n Montevidéu= 500; n Santiago do Chile= 500.

Fonte: Pesquisa Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e da qualidade de vida (Nuposal/UFRGS, 2005).

Conforme é possível notar no Gráfico 4, nas três capitais existe uma diferença considerável entre os cidadãos que confiam muito nos partidos em relação àqueles que não confiam, e a sua participação nos mesmos. Embora em termos generalizantes o resultado seja bastante lógico, e em Porto Alegre e Montevidéu o decréscimo de confiança gere efetivamente uma diminuição na participação, cabe notar que em Santiago do Chile o percentual dos que não confiam e participam é levemente superior em relação ao percentual de entrevistados que confiam pouco e ainda assim participam dos partidos políticos.

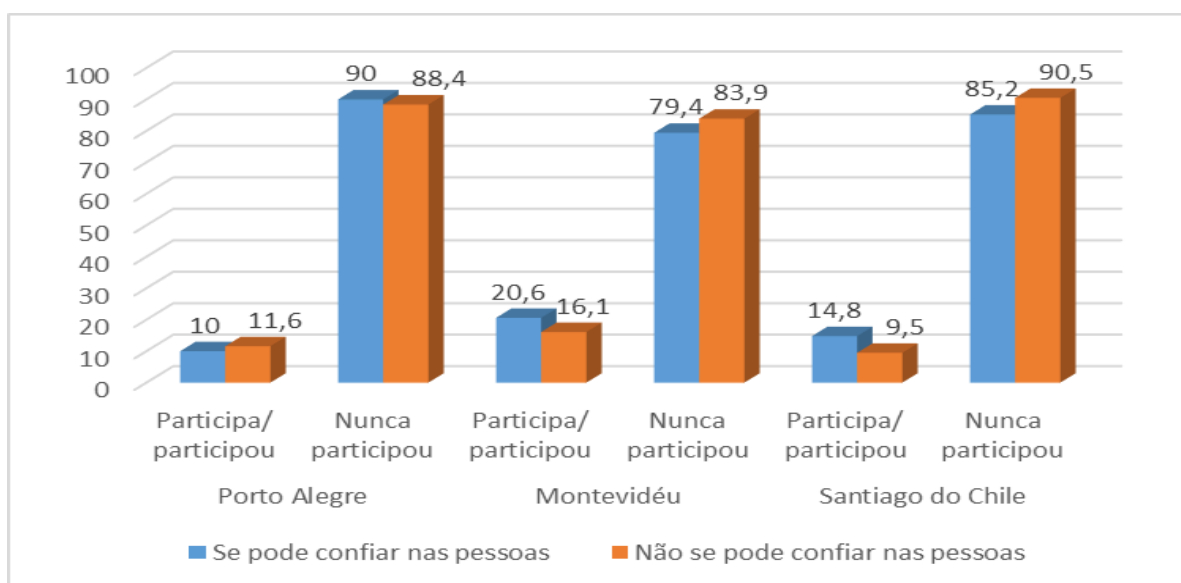
De forma geral, foi possível perceber que, grosso modo, o capital social possui certa importância na análise da participação nos partidos. Tanto em termos institucionais

quanto interpessoais, aquelas pessoas que afirmam possuir maior confiança tendem a se inserir mais nos partidos. A única variável que apresentou resultados controversos foi a de confiança no Congresso, na qual foi possível perceber uma incidência mais clara somente na capital uruguaia. Se, por um lado o capital social apresentou alguns reflexos significativos sobre a participação institucional, agora cabe examinar se o mesmo se dá em relação aos conselhos populares, que configuram a dimensão intermediária de participação política de acordo com os pressupostos deste trabalho. Estas relações serão verificadas na seção que segue.

### 3.2. Capital social e participação em conselhos populares

Uma vez que o capital social apresentou alguns resultados significativos quando relacionado à participação nos partidos, é de se esperar que ele também tenha impactos importantes sobre a participação nos conselhos populares. Primeiramente, porque esse tipo de participação, que se aproxima de uma perspectiva mais comunitária, pressupõe uma vinculação maior entre os membros da sociedade, para que estes se organizem e elaborem suas demandas junto ao Estado. Em segundo lugar, porque uma participação nesses espaços exige, em tese, que os cidadãos confiem minimamente nas instituições políticas. Não parece plausível imaginar, num primeiro momento, que um indivíduo vá se envolver numa arena decisória se não confia nas estruturas políticas configuradas pelo *status quo*. Levando tais premissas em consideração, a análise da participação nos conselhos populares inicia com a sua relação com a confiança interpessoal em Porto Alegre, Montevidéu e Santiago do Chile.

**Gráfico 5- Confiança nas pessoas e participação em conselhos populares em Porto Alegre, Montevidéu e Santiago do Chile (%)**



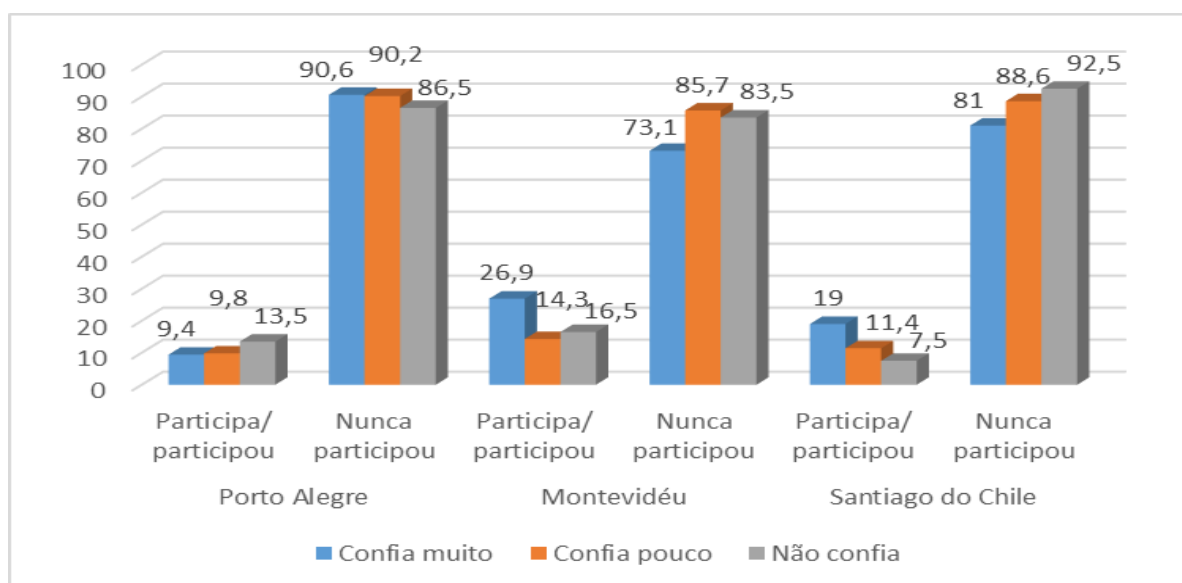
n Porto Alegre= 510; n Montevidéu= 500; n Santiago do Chile= 500.

Fonte: Pesquisa Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e da qualidade de vida (Nuposal/UFRGS, 2005).

A premissa de que a confiança interpessoal é relevante para a participação nos conselhos populares somente pode ser verificada em Montevidéu e Santiago do Chile: nestas cidades, as pessoas que afirmam que se pode confiar nas outras tendem a participar mais dessas estruturas. Em Porto Alegre, porém, ainda que com diferença mínima e abaixo do erro amostral, curiosamente os sujeitos mais desconfiados participam mais dos conselhos.

Dessa forma, ainda que a confiança interpessoal tenha algum impacto sobre a participação em nível intermediário em Montevidéu e Santiago do Chile, o mesmo não ocorre com Porto Alegre. É o caso de uma variável que pode ter um nível de impacto diferente de acordo com o contexto, com sua força explicativa podendo variar de acordo com as nuances constituídas em cenários diversos. Se no nível interpessoal o impacto do capital social sobre a participação em conselhos populares deve ser relativizado, resta saber se, no nível institucional, o fenômeno se repete, ou, pelo contrário, apresenta tendências mais consistentes e semelhantes nas diferentes cidades. O Gráfico 6 cruza a confiança no Congresso Nacional e a participação nos conselhos:

**Gráfico 6- Confiança no Congresso Nacional e participação em conselhos populares em Porto Alegre, Montevidéu e Santiago do Chile (%)**



n Porto Alegre= 510; n Montevidéu= 500; n Santiago do Chile= 500.

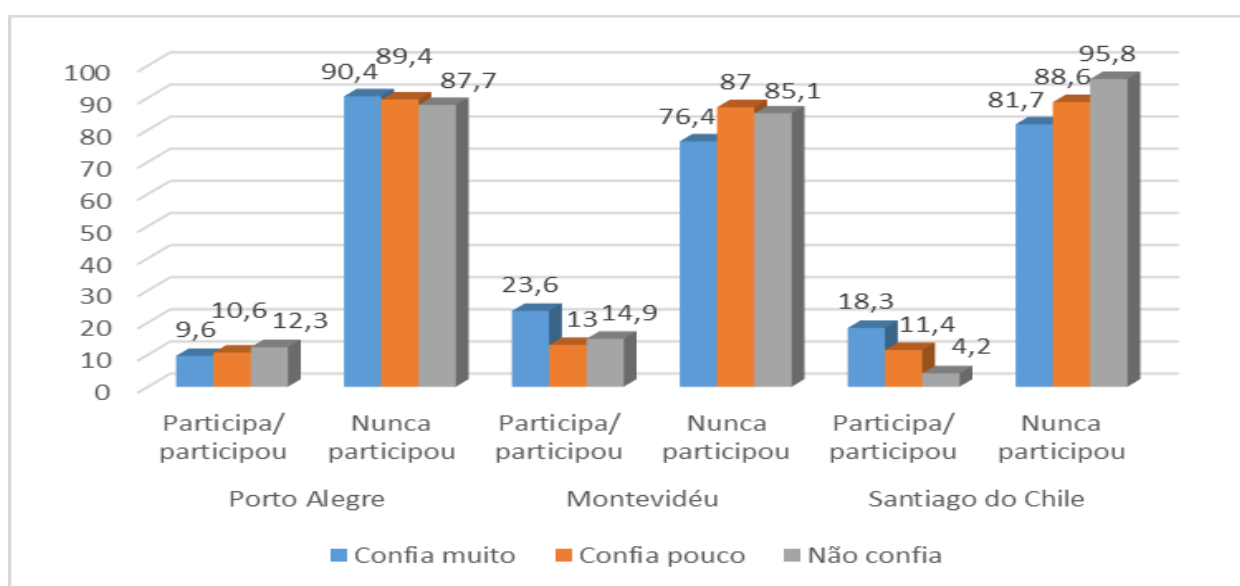
Fonte: Pesquisa Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e da qualidade de vida (Nuposal/UFRGS, 2005).

No que diz respeito à confiança no Congresso, enquanto em Santiago do Chile a relação é de que quanto maior a confiança, maior a participação, em Porto Alegre ocorre o oposto: com o decréscimo da confiança nos legisladores nacionais, aumenta a participação nos conselhos populares. Assim como em Santiago do Chile, em Montevidéu os sujeitos que confiam muito no Congresso participam mais do que os que não confiam. No entanto, na capital uruguaia, o percentual de participação dos que não confiam e

participam é discretamente mais elevado que o dos cidadãos que confiam pouco e participam. Porém, cabe salientar que tal diferença fica dentro do erro amostral.

Novamente, é possível perceber que, de acordo com o contexto, o nível de impacto do capital social sobre a participação nos conselhos varia não só em termos de intensidade, mas também em direção: enquanto na capital gaúcha os desconfiados se inserem mais nessas estruturas, nas outras duas capitais a tendência se inverte. Também no nível de confiança institucional encontra-se a questão do governo do país: será que os sujeitos que confiam mais nos seus governos participam mais dos conselhos? É o que o Gráfico 7 trata de apresentar:

**Gráfico 7- Confiança no governo do país e participação em conselhos populares em Porto Alegre, Montevideu e Santiago do Chile (%)**



n Porto Alegre= 510; n Montevideu= 500; n Santiago do Chile= 500.

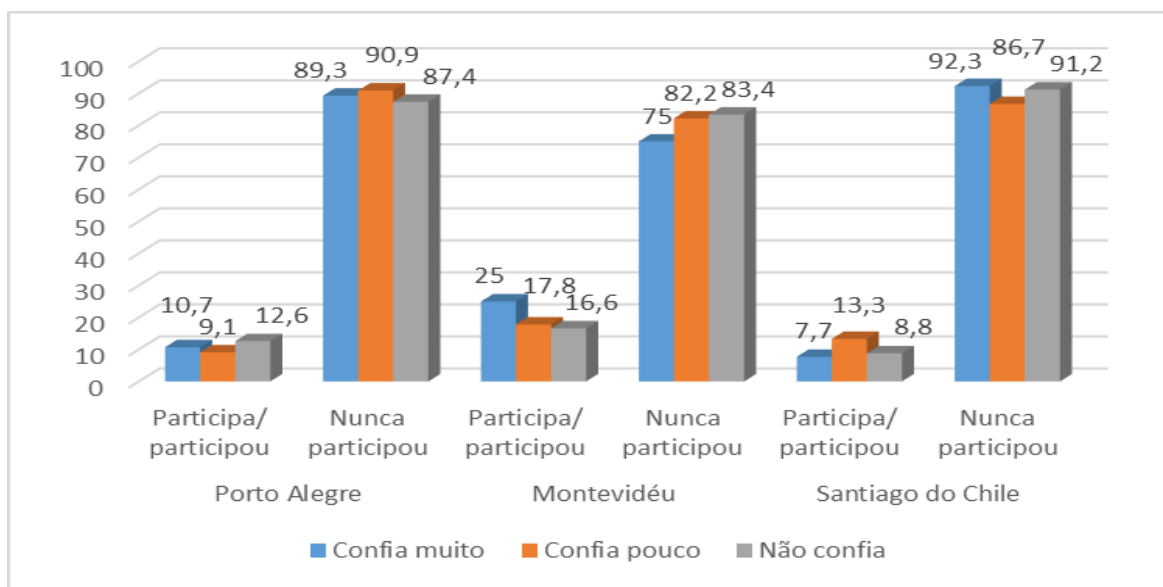
Fonte: Pesquisa Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e da qualidade de vida (Nuposal/UFRGS, 2005).

No que concerne à confiança no governo nacional, o fenômeno anteriormente registrado se repete: enquanto nas capitais uruguaia e chilena os que confiam muito participam mais, em Porto Alegre ocorre o contrário: quanto menor a confiança no governo, maior o percentual de participação. Contudo, na capital gaúcha a diferença fica abaixo do erro amostral de 4%. Novamente, também, enquanto em Santiago do Chile a participação nos conselhos decai de acordo com o nível de confiança, em Montevideu os entrevistados que não confiam no governo do país participam um pouco mais do que aqueles que confiam pouco (com diferença abaixo do erro amostral, no entanto).

Mais uma vez, é possível perceber que os impactos da confiança institucional variam em intensidade e direção de acordo com diferentes contextos. Por fim, é verificada a relação da confiança nos partidos com a participação nos conselhos populares. Partidos políticos, de modo geral, são um conceito cuja confiança pode ser considerada razoavelmente mais estável: enquanto governos e legislaturas mudam e se orientam em

diferentes direções ideológicas, de acordo com quem está no poder, os partidos mantêm, grosso modo, uma certa estabilidade ideológica. Será que, por essa considerável diferença conceitual, os partidos escapam à lógica das variáveis anteriormente examinadas? Os dados estão apresentados no Gráfico 8.

**Gráfico 8- Confiança nos partidos e participação em conselhos populares em Porto Alegre, Montevideu e Santiago do Chile (%)**



n Porto Alegre= 510; n Montevideu= 500; n Santiago do Chile= 500.

Fonte: Pesquisa Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e da qualidade de vida (Nupesal/UFRGS, 2005).

No que diz respeito à confiança nos partidos, é possível notar algumas diferenças. Primeiramente, em Santiago do Chile os que afirmam não confiar nos partidos participam percentualmente um pouco mais dos conselhos; em segundo lugar, em Montevideu, quanto maior a confiança, maior a participação (nas variáveis anteriores, os que afirmavam confiar muito apresentavam maior índice de participação, porém os que responderam confiar pouco tinham menores percentuais de participação do que os sujeitos que não confiavam); em terceiro lugar, embora a tendência porto-alegrense se repita, de que os cidadãos que não confiam são os que mais participam, os que confiam muito apresentam percentuais levemente mais elevados de participação nos conselhos em relação aos indivíduos que confiam pouco. É necessário ressaltar, ainda, que as diferenças entre os que confiam muito e não confiam, tanto em Porto Alegre como em Santiago do Chile, ficam abaixo do erro amostral.

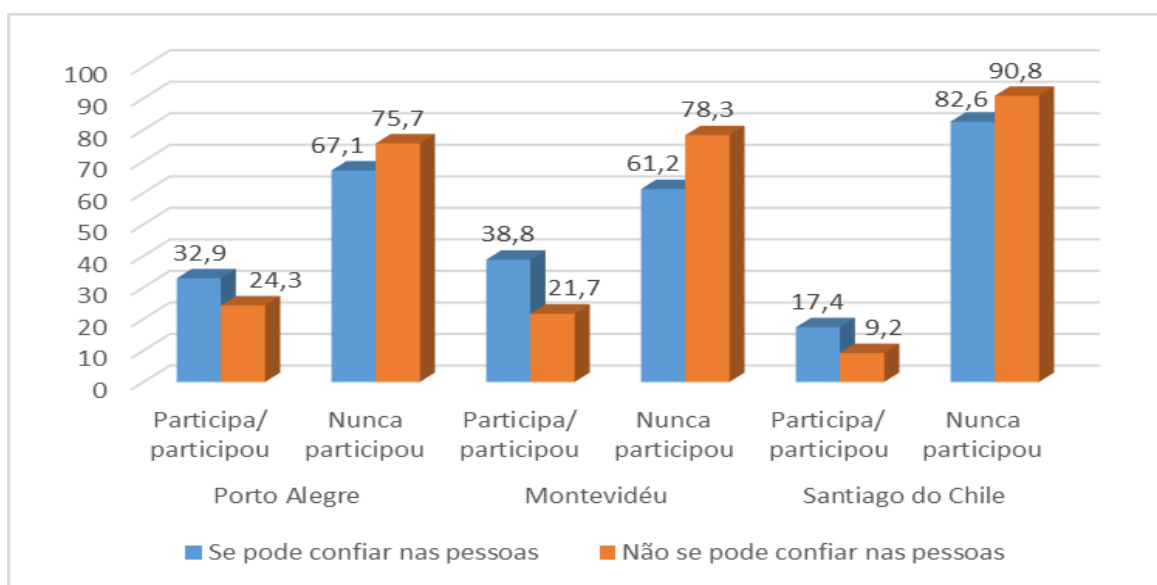
De maneira geral, verifica-se que a relação entre capital social e participação em conselhos é deveras complexa. Ela muda de acordo com o cenário, tanto em força explicativa, quanto em direção. Por vezes, maior confiança institucional e interpessoal parece gerar uma maior participação. Porém, em outros contextos, é a desconfiança que apresenta percentuais preponderantes de participação, ainda que de maneira relativamente frágil, como visto no caso de Porto Alegre. Finalmente, na próxima seção são examinadas

as relações estabelecidas entre o capital social e a participação não-convencional, plasmada pela participação em manifestações ou protestos.

### 3.3. Capital social e participação em manifestações ou protestos

Já foi mostrado que o capital social possui impactos significativos e relativamente claros sobre a participação nos partidos, e influências complexas e controversas sobre a participação em conselhos populares. E no que concerne à participação não-convencional, em termos de manifestações e protestos? A confiança nas pessoas faz com que os sujeitos se disponham a participar mais desse tipo de ação? E a confiança institucional, contribui positivamente para que as pessoas protestem mais, com perspectivas de que tais instituições de fato elaborem respostas às suas demandas? Ou pelo contrário, quanto mais desconfiados os cidadãos são em relação às instituições políticas, mais eles se sentem obrigados a protestar e contestar os governos? São questões dessa natureza que passamos a tratar a partir de agora, iniciando pela influência da confiança nas pessoas sobre a participação em manifestações ou protestos:

**Gráfico 9- Confiança nas pessoas e participação em manifestações ou protestos em Porto Alegre, Montevideu e Santiago do Chile (%)**



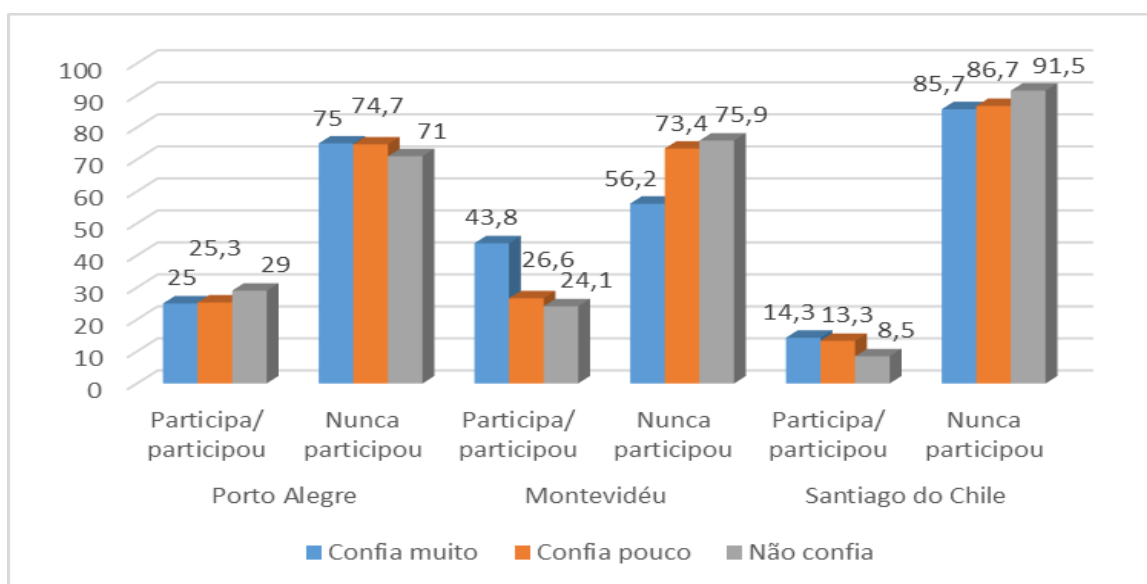
n Porto Alegre= 510; n Montevideu= 500; n Santiago do Chile= 500.

Fonte: Pesquisa Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e da qualidade de vida (Nuposal/UFRGS, 2005).

Conforme é possível perceber pelo Gráfico 9, nas três capitais examinadas a tendência se repete: quanto mais os cidadãos confiam uns nos outros, mais eles participam de manifestações ou protestos. A confiança interpessoal surge, assim, como elemento de importância considerável para que os sujeitos de Porto Alegre, Montevideu e Santiago do Chile participem nesta dimensão não-convencional.

Dessa maneira, o fato de se estabelecer uma relação de confiança em junto a seus pares parece fazer com que os indivíduos encontrem estímulos para participar. É a partir da confiança interpessoal que os sujeitos criam laços, estipulam objetivos comuns e saem às ruas para protestar conjuntamente. E no nível institucional, como se dá esta relação? A confiança serve como alicerce significativo para a participação? Ou é, pelo contrário, a desconfiança nas instituições que acaba por incentivar os indivíduos a se mobilizar? O Gráfico 10 estabelece o vínculo entre confiança no Congresso dos países e participação em manifestações ou protestos.

**Gráfico 10- Confiança no Congresso Nacional e participação em manifestações ou protestos em Porto Alegre, Montevidéu e Santiago do Chile (%)**



n Porto Alegre= 510; n Montevidéu= 500; n Santiago do Chile= 500.

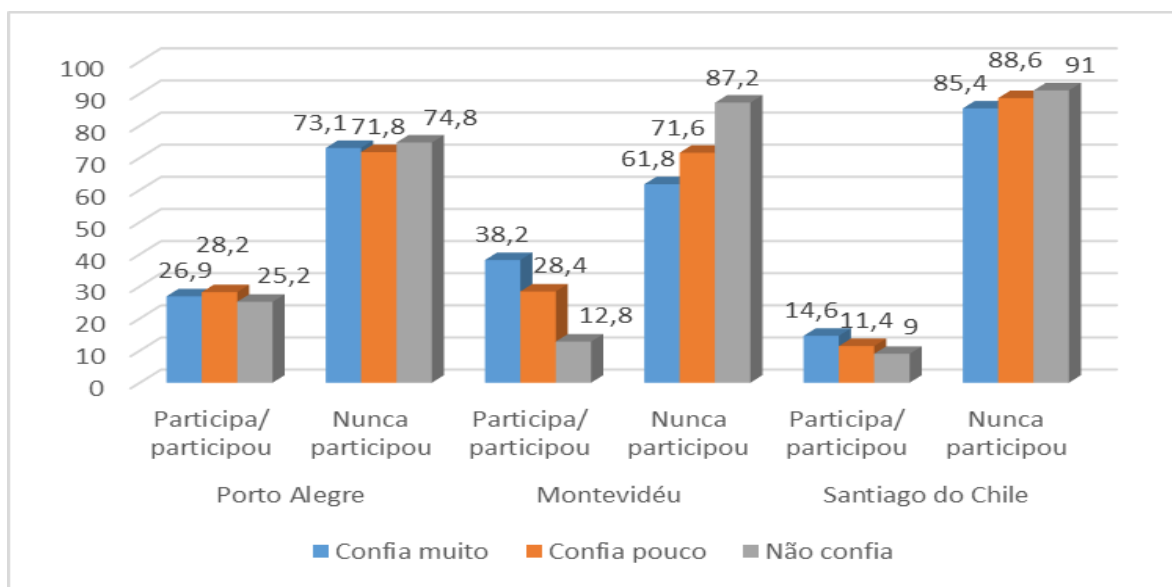
Fonte: Pesquisa Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e da qualidade de vida (Nupesal/UFRGS, 2005).

No que diz respeito à confiança no Congresso Nacional, os dados mostram que, enquanto em Porto Alegre aqueles que não confiam participam mais do que aqueles que confiam muito, em Montevidéu e Santiago do Chile, quanto maior a confiança nesta instituição, maior a participação em protestos. Na capital gaúcha, contudo, este impacto é relativamente menor do que nas outras duas cidades. E ainda deve ser feita a ressalva da dimensão temporal: dentre aqueles que confiam muito e participam, pode haver uma preponderância de sujeitos que já participaram no passado, mas não vêm essa necessidade no presente.

Novamente, depara-se com uma variável cujo poder explicativo da participação deve ser relativizado de acordo com o cenário examinado. Em alguns casos, como o de Porto Alegre, o incentivo ao protesto parece advir precisamente da desconfiança que os cidadãos têm em relação aos legisladores nacionais. Por outro lado, nas cidades de Montevidéu e Santiago do Chile, a mobilização surge em função de uma maior confiança. Isso pode indicar que, exatamente por confiarem nas boas intenções e na competência de

seus legisladores, uruguaios e chilenos encontrem respaldo para protestar na expectativa de verem suas demandas correspondidas. Outra dimensão de confiança institucional importante a se verificar refere-se à confiança no poder executivo dos países. O Gráfico 11 cruza esta variável com a participação em manifestações ou protestos.

**Gráfico 11- Confiança no governo do país e participação em manifestações ou protestos em Porto Alegre, Montevideu e Santiago do Chile (%)**



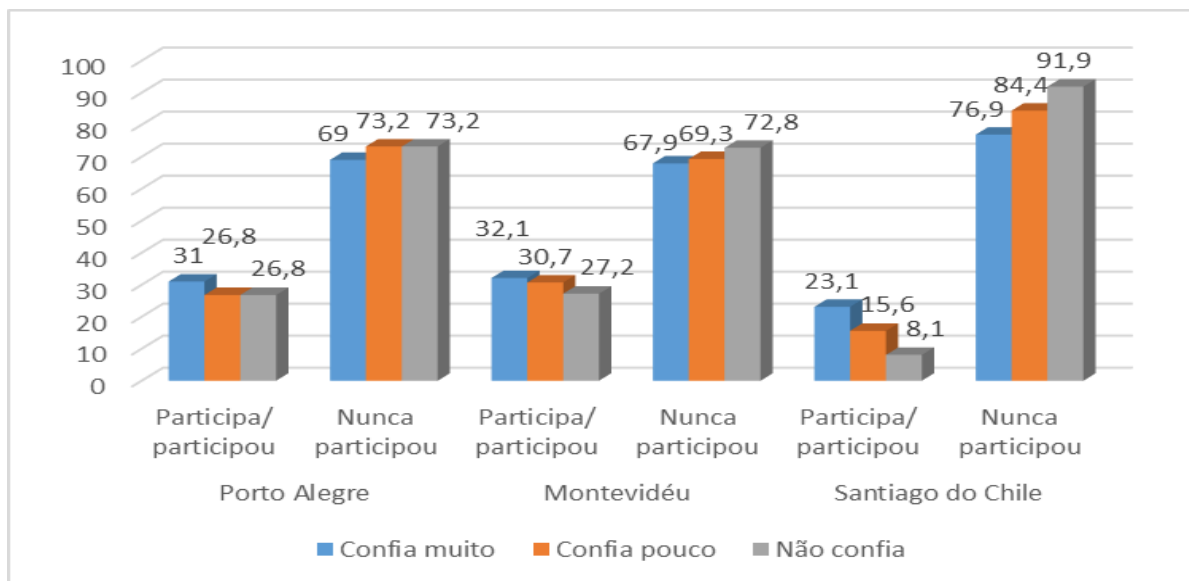
n Porto Alegre= 510; n Montevideu= 500; n Santiago do Chile= 500.

Fonte: Pesquisa Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e da qualidade de vida (Nupesal/UFRGS, 2005).

O Gráfico 11 mostra que, nas três capitais, os sujeitos que confiam muito no governo do país participam mais de manifestações ou protestos do que aqueles que não confiam. Porém, enquanto em Montevideu e Santiago do Chile esta tendência apresenta-se muito mais clara e simétrica, em Porto Alegre os percentuais são muito parecidos, com diferença abaixo do erro amostral de 4%, e os que mais participam são os que afirmam confiar pouco no governo. Novamente cabe recordar que a dimensão temporal incluída na variável de participação também pode ter alguma influência: dentre os que confiam muito, pode haver um peso maior dos que já participaram de protestos mas não o fazem mais, por estarem satisfeitos com o governo do país.

Mais uma vez, enquanto o capital social na dimensão de governo nacional aparece como importante elemento explicativo da participação não-convencional em alguns locais, em outros este poder explicativo se vê diminuído, alertando-nos novamente para o fato de que diferentes panoramas merecem tratamento diferente, não se podendo, a princípio, definir se a variável de confiança no governo é, ou não, importante para a explicação dos motivos que levam os cidadãos a saírem às ruas para se manifestar. Por fim, verifica-se a relação entre confiança nos partidos políticos e a participação não-convencional nas três capitais estudadas:

**Gráfico 12- Confiança nos partidos e participação em manifestações ou protestos em Porto Alegre, Montevideu e Santiago do Chile (%)**



n Porto Alegre= 510; n Montevideu= 500; n Santiago do Chile= 500.

Fonte: Pesquisa Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e da qualidade de vida (Nupesal/UFRGS, 2005).

No que concerne à confiança nos partidos políticos, é possível perceber que há uma certa ligação entre esta variável e a participação em manifestações ou protestos nas três cidades. Enquanto em Montevideu e Porto Alegre esta relação é um pouco mais discreta, embora significativa, em Santiago do Chile esta tendência é bem mais clara: quanto mais os cidadãos da capital chilena confiam nos partidos, mais eles se sentem dispostos a sair às ruas e se manifestar, quando assim julgarem necessário.

Já em relação à confiança institucional, parece haver uma relação mais forte da confiança nos partidos com a participação não-convencional do que da confiança no Congresso e nos governos nacionais. De modo geral, a confiança interpessoal parece configurar uma dimensão mais importante do capital social quando se trata dos elementos que incentivam os sujeitos a saírem às ruas e protestar. A confiança institucional, embora também relevante, apresenta maior variação de intensidade e mesmo de direção analítica de acordo com os diferentes contextos.

Nos dados acima foi possível notar, em linhas gerais, que a relação entre capital social e participação guarda certas complexidades. Enquanto o poder explicativo do conceito adquire certa importância no trato da participação em partidos, quando se verificou estes impactos sobre a participação em conselhos populares e manifestações ou protestos, as relações se complexificaram de acordo com o cenário examinado, variando em intensidade e direção nos diferentes contextos.

#### 4. Considerações finais

No presente artigo, buscou-se examinar as relações do capital social com a participação política, comparando três cenários latino-americanos: o de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul/ Brasil; o de Montevideú, capital do Uruguai; e o de Santiago do Chile, capital chilena. Inicialmente, foi realizada uma varredura acerca dos conceitos de capital social e de participação política, ambos vislumbrados em suas possíveis ligações com a democracia. Partiu-se do princípio de que relações de confiança institucional e interpessoal contribuem para uma democracia mais forte, à medida que tais relações permitem que os sujeitos interajam mais entre si, organizem-se, busquem conjuntamente as soluções para os seus problemas, e ao mesmo tempo possibilitam um maior diálogo com as esferas governamentais. A participação, por sua vez, advém da ideia de que, embora a dimensão procedural possua inegável importância para a vida democrática, é necessário que se alcance uma perspectiva mais substantiva do papel do cidadão na sociedade: assim, viver democraticamente seria viver a democracia com mais intensidade e com maior extensão, no cotidiano, e não apenas nos pleitos realizados periodicamente em um país. Dada esta moldura teórica, buscou-se examinar, através de cruzamentos dos dados, os impactos que o capital social, através da confiança institucional e interpessoal, apresentaram sobre a participação política nos âmbitos institucional, intermediário e informal.

Nesse sentido, o capital social mostrou ter certa importância para explicar a participação em partidos políticos, tanto em termos de confiança interpessoal como de confiança institucional: os mais confiantes configuraram maior propensão a se inserir nestas organizações. Assim, a única variável que revelou resultados controversos foi a de confiança no Congresso, na qual uma incidência mais clara somente foi verificada em Montevideú. No que respeita aos conselhos populares, a participação em seu interior apresentou relações muito mais complexas com o capital social. Ocorre uma grande variação de acordo com os diferentes panoramas, tanto em força explicativa das variáveis quanto em direção. Por vezes, maiores confianças institucional e interpessoal parecem gerar mais participação; no entanto, em outros cenários, é a desconfiança que mostra percentuais preponderantes de participação, ainda que de forma relativamente discreta, como se verificou no caso de Porto Alegre. Já para a explicação da participação em manifestações, a confiança interpessoal parece configurar uma dimensão mais importante do capital social do que a confiança institucional, que, embora também importante, varia mais em intensidade e direção analítica: em alguns casos, uma maior confiança nas instituições estimula a participação, já em outros, a motivação provém precisamente do fato dos cidadãos não confiarem nas mesmas.

Evidentemente, a explicação da participação política não se esgota na pauta conceitual do capital social. Além da confiança que os sujeitos estabelecem entre si e junto às instituições políticas, outras variáveis de opinião pública podem incidir sobre a participação política. Entre essas variáveis, podemos destacar, por exemplo, a sofisticação política, o senso de eficácia política subjetiva, padrões de autoritarismo e personalismo, e a forma como os cidadãos encaram a democracia e suas instituições enquanto canais legítimos de mediação política. Os recentes fatos ocorridos nas gigantescas manifestações ocorridas no Brasil no mês de junho deste ano indicam que a questão da participação política ainda encontra-se fortemente na pauta daqueles que pensam e estudam os fenômenos políticos no Brasil e no Mundo. Mais do que isso, nesta pauta voltam a surgir com certa força as questões referentes à própria legitimidade do sistema democrático, que, ao não oferecer respostas suficientemente eficazes às demandas advindas da população, pode se ver fragilizado a médio e longo prazo, uma vez que outras soluções

aparentemente mais “fáceis”, com vistas a “salvar a pátria”, podem surgir ou reemergir em um cenário que ainda não se encontra bem resolvido do ponto de vista societal. O momento sugere que sejam pensados dispositivos para fortalecer a democracia, que sejam buscados elementos que agreguem qualidade ao modelo democrático existente, e tragam essas significativas parcelas da população, sedenta por participação, para espaços institucionais capazes de promover crescentemente a interlocução entre sociedade civil e Estado.

## 5. Referências bibliográficas

BAQUERO, M. Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Orgs.) *Capital Social: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 31, n. 1, 1980, p. 2-3.

COLE, G. D. H. *Self-government in industry*. London: G. Bell & Sons, 1919.

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 94, n. 1, p. 95-121, jan. 1988.

DAHL, R. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

DURLAUF S. N. e FAFCHAMPS, M. *Social capital*. Disponível em: <<http://www.economics.ox.ac.uk/Members/marcel.fafchamps/homepage/soccapbandbook.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2010.

FUKUYAMA, F. Social capital, civil society and development. *Third World Quarterly*, v. 22, n. 1, p. 7-20, 2001.

FUKUYAMA, F. *The social virtues and the creation of prosperity*. New York: The Free Press, 1995.

GUGLIANO, A. Democracia, participação e deliberação: contribuições ao debate sobre possíveis transformações na esfera democrática. *Civitas*, v. 4, n. 2, jul-dez 2004. p. 257-283.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HIRST, P. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

LA PALOMBARA, J. Political participation as an analytical concept in comparative politics. In: VERBA, S.; PYE, L. (Orgs.). *The citizen and politics: a comparative perspective*. Stanford: Conn. Greylock, 1978. p. 167-194.

MILL, J. S. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: UnB, 1980.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PORTES, A. Social capital: Its origins and applications in modern sociology. *Annual Review of Sociology*, n. 24, 1998. p. 1-24.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ROUSSEAU, J. *Do contrato social*. Os Pensadores, 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. S (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

VERBA, S.; NIE, H. N. *Participation in America political democracy and social equality*. New York: Harper and Row, 1972.

WOOLCOCK; M.; NARAYAN, D. Social capital: implications for development theory, research and policy. *World Bank Research Observer*, v. 15 (2), 2000.